

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas Controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

Transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias, gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda.

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

**Transporte rodoviário** – *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de granéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes e fornecedores;

**Armazenagem geral e alfandegada** – englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de granéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da controlada GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.);

**Gestão logística** – envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

### ***Impactos da pandemia do Covid-19***

No final do primeiro trimestre deste ano de 2020, a pandemia da COVID-19 se instalou no Brasil e afetou de forma distinta as diversas atividades econômicas no país.

Os protocolos de saúde e de segurança nas operações cumprem as recomendações impostas pelas autoridades para reduzir o risco de contágio entre colaboradores e entre terceiros. Todas as áreas corporativas da empresa permanecem em trabalho remoto e para aqueles colaboradores que precisam se deslocar até as unidades, a Companhia está tomando todos os cuidados necessários para preservar a saúde deles (disponibilizando transporte em algumas operações, máscaras e álcool em gel, além de assegurar distância mínima recomendada). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve nenhum colaborador com complicações graves que tenham levado a internação.

O mercado de veículos zero quilômetro no Brasil, o principal mercado da divisão de logística automotiva, sofreu um forte impacto do fechamento de concessionárias entre abril e julho de 2020 por conta das medidas de distanciamento social

impostas em diversas regiões do país. Como consequência, a grande maioria das montadoras de veículos no país paralisaram suas atividades no mês de abril e retomaram gradativamente a produção a partir do mês de maio. Por conta disso, as operações, a receita e os resultados da Divisão foram severamente impactados no início da crise e recuperaram proporcional e gradativamente conforme recuperação do mercado.

A operação da divisão de logística integrada voltada para o setor de químicos esteve com seu nível de atividade acima da normalidade ao longo da crise por ser uma operação logística de matéria prima para produção de produtos essenciais (*home and personal care* – saúde pessoal e para casa). Por sua vez, a operação que gerencia a logística de peças para a produção de eletrodomésticos foi interrompida no início da pandemia no mês de abril, mas retomou suas atividades gradativamente, dado o incremento das vendas no *e-commerce*. As operações de armazenagem em São Paulo e no Rio de Janeiro, por serem majoritariamente responsáveis pela gestão de estoques de produtos alimentícios e de *e-commerce*, não interromperam suas atividades por conta da pandemia.

Importante ressaltar que a Companhia desde a primeira quinzena de abril realizou algumas medidas de ajustes para se adaptar ao cenário da pandemia:

- a. Adesão à Lei nº 14.020/20 (antiga Medida Provisória 936) e outras medidas ligadas à gestão do quadro de colaboradores, o que incluiu: i) a suspensão temporária de contrato de trabalho, ii) a redução de jornada e salário-hora por 30 dias, extensível por até 90 dias (estendido posteriormente para 120 dias através de decreto), a depender do retorno de cada filial/operação e iii) a readequação do quadro de colaboradores a partir da metade de abril.
- b. Os custos e despesas fixas das operações impactadas pela crise e do corporativo foram ajustados e foi foco de revisão contínua e minuciosa pela administração no intuito de contenção e/ou postergação de gastos. Vale ressaltar que grande parcela dos custos das operações impactadas pela crise é composta por custos variáveis e que não houve nenhum comprometimento de pagamento mínimo aos fornecedores.
- c. Grande parte dos investimentos de melhoria não essenciais da Companhia foram postergados para 2021.
- d. Ao longo do processo de revisão dos gastos no auge da crise, foi possível realizar a postergação do pagamento de aluguel de alguns imóveis utilizados pela Companhia por alguns meses.
- e. No início de abril foi realizada a captação de recursos no montante de R\$ 90 milhões, conforme citado na nota explicativa nº 12 e de R\$ 45 milhões no início de julho, com intuito de reforçar o caixa da Companhia.
- f. A Tegma aderiu a programas governamentais de ajuda às empresas, que envolvem a postergação de pagamento de PIS e COFINS de março e abril para julho e setembro respectivamente, sendo que ele se aplica à contribuição Patronal. Além disso houve a adesão ao programa para a postergação de recolhimento do FGTS e à redução de alíquotas do “Sistema S” em 50% por 3 meses (abril, maio e junho). Esta redução não atingiu a contribuição do funcionário, mas sim as contribuições devidas pela Companhia.
- g. De acordo com nossa política de distribuição de resultados, os dividendos complementares do exercício de 2019 deveriam ter sido deliberados na AGO-E de abril de 2020 e a antecipação dos resultados do primeiro semestre que deveria ter deliberado em agosto de 2020. No entanto, a administração decidiu por não o fazer em função das incertezas provenientes da crise e dos esforços de preservação de caixa. Em função de um cenário mais claro em novembro de 2020, a Companhia realizou a antecipação dos resultados dos nove primeiros meses via dividendos e juros sobre capital próprio.

### ***Busca e apreensão – Operação Pacto***

No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente as receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia.

Em função dos eventos descritos e, (i) em que pese a firme convicção de que a Companhia atua dentro das mais estritas normas de Compliance e regras de mercado, (ii) que a origem das alegações que embasaram o pedido de busca e apreensão

está alicerçada em disputas comerciais e (iii) mesmo face aos diversos êxitos em processos anteriores que imputavam à Companhia as mesmas práticas de infração à ordem econômica; o Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de mercado e, primando pela transparência e isenção, determinou em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada.

Os trabalhos do Comitê independente se estenderam desde sua criação até o final do primeiro semestre de 2020.

Considerando o término dos trabalhos de investigação do Comitê Independente e de seus assessores, em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticoncorrenciais, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto.

Em função disso, o Conselho de Administração decidiu que não há qualquer medida adicional a ser adotada em face da Operação Pacto e que o Comitê Independente deveria ser dissolvido nessa data.

Já com relação à investigação iniciada pelo “Acordo de Leniência Parcial”, é importante dizer que em 16 de novembro de 2020 o ministro do STJ relator do conflito de competência, que deu origem a ordem de suspensão do processo, conforme mencionado nas informações trimestrais anteriores, deixou de conhecer tal conflito devido alegada ausência de legitimidade da ANTV (Associação Nacional de Transporte de Veículos) para suscitá-lo, revogando a liminar deferida que suspendia o andamento das investigações da Operação Pacto.

Referida decisão já foi objeto de recursos, que estão pendentes de julgamento.

Já no CADE o processo encontra-se parado, tendo havido apenas a prorrogação do prazo do Inquérito.

## 2 Relação de entidades controladas e coligada indireta

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	Participação (%)	Participação (%)	Relacionamento
	2020	2019	
Tegma Cargas Especiais Ltda. (“TCE”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (“TLA”)	100,00	100,00	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (“Tegmax”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. (“TLV”)	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (“Niyati”)	100,00	100,00	Controlada
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”) (i)	100,00	100,00	Controlada
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. (“Tech Cargo”)	100,00	100,00	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”)	49,00	49,00	Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	50,00	50,00	Empreendimento controlado em conjunto
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. (i.a)	10,00	-	Coligada indireta
Fastline Logística Automotiva Ltda (“Fastline”) (ii)	87,00	-	Controlada indireta

- (i) A TegUp, controlada direta da Companhia, tem o objetivo de trazer inovação em logística, agindo como aceleradora de startups. Anualmente é realizado um ciclo de programa de aceleração para prospecção de empresas transformadoras, que ofereçam produtos, serviços e inovação relacionados ao universo da logística digital e dos transportes. As empresas Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. e Rabbot Serviços de Tecnologia S.A., receberam investimentos da controlada TegUp para acelerar e contribuir com seus crescimentos.
- a. Em 23 de agosto de 2018 foi aprovado investimento na empresa Frete Rápido, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução baseada em plataforma web para contratação de fretes. O investimento autorizado pelo Conselho de Administração foi de R\$ 1.400, condicionado ao atingimento de metas econômico-financeiras. Todo investimento já foi realizado.

Em novembro de 2020 parte dos investimentos realizados na Frete Rápido foram convertidos em ações, desse modo a Frete Rápido passa a ser coligada indireta da Companhia por intermédio da TegUp. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo já

atualizado é de R\$ 756.

- b. Em 1º de agosto de 2019 foi aprovado investimento, através da subscrição de debêntures conversíveis em ações, na empresa Rabbot, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução de automação de mobilidade, organização e otimização de processos de gestão de frota. O investimento autorizado e já realizado foi de R\$ 3.200, sendo que a conversão em ações está condicionada ao atingimento de metas econômico-financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 3.200.
- (ii) A Tegma Logística de Veículos Ltda controlada direta da Companhia, constituiu a “Fastline” (antiga Stork Express) que desenvolve a atividade de transporte rodoviário de cargas, exceto de produtos perigosos.

### **3 Bases para preparação e políticas contábeis significativas**

#### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2021.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**Nota explicativa nº 4.e** – análise de sensibilidade de instrumentos financeiros;

**Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

**Nota explicativa nº 9 e 11** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

**Nota explicativa nº 10 e 11** – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

**Nota explicativa nº 14** – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

**Nota explicativa nº 15** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;

**Nota explicativa nº 25** – seguros;

**Nota explicativa nº 26** – reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

#### **d. Mensuração do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota nº 4 (g).

### 3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

#### *Mudanças nas principais políticas contábeis*

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas no exercício de 2020:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Concessão de aluguel Covid - 19 (Alteração ao IFRS 16)

As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações significativas.

Em detrimento as questões da pandemia até a presente data, algumas renegociações de contratos de arrendamento foram realizadas e os seus impactos foram considerados nessas demonstrações contábeis, conforme determina o pronunciamento técnico CPC 06 R2.

#### **a Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Reforma do índice de referência da taxa de juros (alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16), aplicável em ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada;
- Contratos Onerosos - Custo de cumprimento de um contrato (Alterações à IAS 37), aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Melhorias anuais nos padrões IFRS 2018-2020, aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;

- Imobilizado: receita antes da utilização pretendida (alterações à IAS 16), aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao IFRS 3) aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Classificação de passivos circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada;
- Alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro, aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada;

## **b Base de consolidação**

### **(i) *Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”) e da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) consideradas como empreendimentos controlados em conjunto, e da Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. considerada como coligada indireta, que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjuntos estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

### **(ii) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **c Moeda estrangeira**

### **(i) *Transações em moeda estrangeira***

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## **d Instrumentos financeiros**

### **(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas

Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.



<b>Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
--	--

### ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(iii) Desreconhecimento**

##### ***Ativos financeiros***

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### ***Passivos financeiros***

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia manteve instrumento financeiro derivativo de *hedge* financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo foi reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuíam os mesmos prazos.

No início da operação o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo foram documentados conforme a seguir:

(a) objetivo e descrição do *hedge*;

(b) a identificação do objeto de *hedge* e a natureza dos riscos protegidos;

(c) identificação do instrumento financeiro;

(d) índice de cobertura;

(e) demonstração da efetividade prospectiva.

Desse modo foram categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de *hedge*. A Companhia possuía uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadra-se na classificação de hedge de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo foi registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

**e Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **4 Gestão de risco financeiro**

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**a Risco de mercado - Taxa de câmbio**

Em agosto de 2018, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131 referenciados em dólares americanos, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Com o objetivo de se proteger contra as flutuações cambiais, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) com o mesmo valor nocional e vencimentos.

Esse instrumento financeiro designado como *swap* de fluxo de caixa, consistia na troca da variação cambial mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, por percentuais relacionados a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais taxa prefixada 0,89% ao ano. Em 3 de agosto de 2020, essa operação foi quitada.

Desse modo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresenta exposição líquida a variação cambial e não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

**b Risco de mercado - Taxa básica de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Os empréstimos que foram emitidos e referenciados em dólares americanos, mas que foram objeto de contratação de instrumento derivativo visando proteger contra flutuações cambiais, também passaram a estar expostos a taxa de juros locais.

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

Controladora

Consolidado

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira(nota explicativa nº 12)	-	(57.220)	-	(57.220)
Empréstimos e financiamentos - moeda local(nota explicativa nº 12)	(168.764)	(33.802)	(168.764)	(33.802)
Instrumento financeiros derivativos	-	3.748	-	3.748
Instrumento financeiros derivativos - valor justo	-	(9)	-	(9)
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(25.047)	(50.135)	(25.047)	(50.135)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	210.044	35.694	258.549	65.963
Exposição líquida	<b>16.233</b>	<b>(101.724)</b>	<b>64.738</b>	<b>(71.455)</b>

### c Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com “*rating*” mínimo "A" na escala *Standard & Poor's*, ou o equivalente nas demais agências de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	211.363	36.764	260.387	67.332
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	176.106	220.464	212.138	261.173
	<b>387.469</b>	<b>257.228</b>	<b>472.525</b>	<b>328.505</b>

### d Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e consolidada pela tesouraria.

Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia e de suas Controladas, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros e operações de derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	<b>Controladora</b>			
<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo financeiro</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 6 anos</b>

Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	168.764	180.291	48.366	64.262	67.663
Debêntures (nota explicativa nº 12)	25.047	25.608	25.608	-	-
Fornecedores e fretes a pagar	26.651	26.651	26.651	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	24.054	24.054	24.054	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	689	689	150	539	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>245.205</b>	<b>257.293</b>	<b>124.829</b>	<b>64.801</b>	<b>67.663</b>

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo financeiro</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Consolidado Entre 2 e 6 anos</b>
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	168.764	180.291	48.366	64.262	67.663
Debêntures (nota explicativa nº 12)	25.047	25.608	25.608	-	-
Fornecedores e fretes a pagar	31.268	31.268	31.268	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	30.588	30.588	30.588	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	632	632	73	559	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>256.299</b>	<b>268.387</b>	<b>135.903</b>	<b>64.821</b>	<b>67.663</b>

## e Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures) estão atreladas ao CDI (1,90% a.a. em dezembro de 2020 e 4,4% a.a. em dezembro de 2019), esse indexador é a única variável de risco existente.

De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta os impactos no horizonte de um ano considerando a manutenção do CDI. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% na variável de risco considerada. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo, ou seja, apreciativo do CDI.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI dos cenários apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%
Aplicações Financeiras	3.997	4.996	5.995	4.919	6.149	7.379
<b>Receitas</b>	<b>3.997</b>	<b>4.996</b>	<b>5.995</b>	<b>4.919</b>	<b>6.149</b>	<b>7.379</b>
NCE Bradesco	(919)	(1.063)	(1.206)	(919)	(1.063)	(1.206)
NCE Itaú	(2.890)	(3.131)	(3.372)	(2.890)	(3.131)	(3.372)
4131 Santander	(2.470)	(2.669)	(2.868)	(2.470)	(2.669)	(2.868)
4131 Santander	(1.863)	(2.057)	(2.251)	(1.863)	(2.057)	(2.251)
CCB Safra	(246)	(270)	(295)	(246)	(270)	(295)
Debentures II	(977)	(1.096)	(1.215)	(977)	(1.096)	(1.215)
<b>Despesas</b>	<b>(9.365)</b>	<b>(10.286)</b>	<b>(11.207)</b>	<b>(9.365)</b>	<b>(10.286)</b>	<b>(11.207)</b>
<b>Efeito Líquido no resultado / Patrimônio Líquido</b>	<b>(5.368)</b>	<b>(5.290)</b>	<b>(5.212)</b>	<b>(4.446)</b>	<b>(4.137)</b>	<b>(3.828)</b>

## f Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de “swap”. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	168.764	91.022	168.764	91.022
Debêntures – nota explicativa nº 12	25.047	50.135	25.047	50.135
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.739)	-	(3.739)
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	(211.363)	(36.764)	(260.387)	(67.332)
Dívida líquida	(17.552)	100.654	(66.576)	70.086
Total do patrimônio líquido	624.663	575.079	625.639	575.079
Total das fontes de capital	607.111	675.733	559.063	645.165
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>(3%)</b>	<b>15%</b>	<b>(12%)</b>	<b>11%</b>

## g Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

**Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa Pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como “Cupom Sujo”).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>						
Ativos						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	210.044	210.044	Nível 2	258.549	258.549	Nível 2
<b>Ativos pelo custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.319	1.319	Nível 1	1.838	1.838	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	176.106	176.106	Nível 2	212.138	212.138	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.444	1.444	Nível 2	1.297	1.297	Nível 2
Demais contas a receber (i) – nota explicativa nº 7	1.109	1.109	Nível 2	2.420	2.420	Nível 2
	<b>390.022</b>	<b>390.022</b>		<b>476.242</b>	<b>476.242</b>	
Passivos						
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>						
Debêntures – nota explicativa nº 12	25.047	25.335	Nível 2	25.047	25.335	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	168.764	175.231	Nível 2	168.764	175.231	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	26.651	26.651	Nível 2	31.268	31.268	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	24.054	24.054	Nível 2	30.588	30.588	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	689	689	Nível 2	632	632	Nível 2
	<b>245.205</b>	<b>251.960</b>		<b>256.299</b>	<b>263.054</b>	

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
<b>Em 31 dezembro de 2019</b>						
Ativos						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	35.694	35.694	Nível 2	65.963	65.963	Nível 2
<b>Instrumento financeiro designado para hedge</b>						
Instrumentos financeiros derivativos (i)	3.739	3.739	Nível 2	3.739	3.739	Nível 2
<b>Ativos pelo custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.070	1.070	Nível 1	1.369	1.369	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	220.464	220.464	Nível 2	261.173	261.173	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.999	1.999	Nível 2	4.399	4.399	Nível 2
Demais contas a receber (ii) – nota explicativa nº 7	1.210	1.210	Nível 2	2.769	2.769	Nível 2
	<b>264.176</b>	<b>264.176</b>		<b>339.412</b>	<b>339.412</b>	
Passivos						
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>						
Debêntures – nota explicativa nº 12	50.135	51.190	Nível 2	50.135	51.190	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	91.022	92.358	Nível 2	91.022	92.358	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	33.452	33.452	Nível 2	36.312	36.312	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	23.585	23.585	Nível 2	29.637	29.637	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	690	690	Nível 2	614	614	Nível 2
	<b>198.884</b>	<b>201.275</b>		<b>207.720</b>	<b>210.111</b>	

(i) A Companhia mantinha instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição as variações cambiais, decorrente do contrato de empréstimo modalidade 4131 em moeda estrangeira.

(ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

## ***h Hedge accounting***

A operação de *hedge* que a Companhia detinha, foi quitada em agosto de 2020, juntamente com a quitação do empréstimo em moeda estrangeira (conforme nota explicativa nº 12). Essa operação tinha como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

Desse modo, a transação enquadrava-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O objetivo do *hedge accounting* (assim entendido como a política de contabilização do *hedge* adotado) era de afetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do *hedge* contratado.

O contrato liquidado em 3 de agosto de 2020.

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nominal	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa contratada
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	Swap USD X CDI	USD 13.441	08/2020	Variação cambial + 4,89%	CDI +0,89%

Os saldos quitados estão apresentados a seguir:

	Valor principal (nocial)	Valor da curva	Valor justo
<b>Descrição</b>			
Contrato de swap			
Ponta ativa:			
Posição comprada dólar	50.000	71.666	71.666
Ponta passiva:			
Posição vendida no CDI	(50.000)	(51.007)	(51.007)
<b>Total instrumento financeiro líquido</b>	<b>-</b>	<b>20.659</b>	<b>20.659</b>

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi revertido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Vale destacar que a operação de *hedge* se encontrava totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade resolução 4131, não podendo ser desfeito individualmente.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. A rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em banco e em caixa	1.319	1.070	1.838	1.369
Aplicações financeiras	210.044	35.694	258.549	65.963
	<b>211.363</b>	<b>36.764</b>	<b>260.387</b>	<b>67.332</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata, com remuneração média de 100,1% para os prazos estabelecidos em dezembro de 2020 (99,6% em dezembro 2019) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A exposição da Companhia e suas Controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 4.

## 6 Contas a receber de clientes

### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.



A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia e suas Controladas consideram nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

As perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (*aging*) levando-se em conta o histórico de perdas da Companhia. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas como do setor automotivo.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Contas a receber da venda de serviços:</b>				
No Brasil	176.348	220.639	212.426	261.395
<b>Contas a receber no Brasil</b>	<b>176.348</b>	<b>220.639</b>	<b>212.426</b>	<b>261.395</b>
Perda estimada	(242)	(175)	(288)	(222)
	<b>176.106</b>	<b>220.464</b>	<b>212.138</b>	<b>261.173</b>

Em 31 de dezembro de 2020 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 48 dias para a Controladora e 49 dias para o Consolidado (49 dias para a Controladora e 51 dias para o Consolidado em dezembro de 2019).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Títulos a vencer	159.326	205.527	191.425	244.762
Títulos vencidos até 30 dias	13.665	13.585	16.341	14.770
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	1.977	699	2.721	988
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	500	113	748	113
Títulos vencidos há mais de 181 dias	880	715	1.191	762
	<b>176.348</b>	<b>220.639</b>	<b>212.426</b>	<b>261.395</b>

A movimentação da perda estimada da Companhia e de suas Controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(175)</b>	<b>(79)</b>	<b>(222)</b>	<b>(2.938)</b>
Adições	(824)	(340)	(831)	(402)
Reversões	757	244	765	2.511
Outros (i)	-	-	-	607
<b>Saldo final</b>	<b>(242)</b>	<b>(175)</b>	<b>(288)</b>	<b>(222)</b>

(i) Refere-se a reclassificação de contas a receber de acordo com negociação junto ao cliente.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

7 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo indenizatório	1.010	527	2.314	1.832
Adiantamento a fornecedores	4.491	2.099	7.690	3.719
Adiantamento funcionários	511	1.831	470	2.031
Recuperação de despesas a receber	-	39	-	39
Sinistros a recuperar	2	4	8	105
Outros créditos	97	640	98	793
	<b>6.111</b>	<b>5.140</b>	<b>10.580</b>	<b>8.519</b>
Circulante	5.101	4.613	8.266	6.687
Não circulante	1.010	527	2.314	1.832
	<b>6.111</b>	<b>5.140</b>	<b>10.580</b>	<b>8.519</b>

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
INSS a recuperar	6.335	6.639	9.725	10.104
IRRF sobre aplicações financeiras	270	44	338	124
PIS e COFINS (i)	31.528	103.993	33.323	105.685
Outros	57	33	147	56
	<b>38.190</b>	<b>110.709</b>	<b>43.533</b>	<b>115.969</b>
Circulante	31.920	104.325	33.989	106.280
Não circulante	6.270	6.384	9.544	9.689
	<b>38.190</b>	<b>110.709</b>	<b>43.533</b>	<b>115.969</b>

(i) Os créditos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS representam o maior valor dos tributos a recuperar da Companhia. Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tegma Gestão Logística que reconheceu o direito da Companhia em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 103.331 (referente ao período de agosto de 2003 a novembro de 2018) decorrente da exclusão do ICMS em suas apurações de PIS e COFINS, já atualizado pela SELIC. Os créditos do período de março de 2017 a novembro de 2018 já haviam sido reconhecidos em dezembro de 2018. Em setembro de 2019, a Controladora registrou o saldo de R\$ 92.136, ou seja, os créditos referentes ao período de agosto de 2003 a fevereiro de 2017. Vale destacar que, desde dezembro de 2018, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo da sua apuração de PIS e COFINS. O valor total dos créditos reconhecidos e devidamente habilitados junto à Receita Federal foram calculados a partir da exclusão do ICMS “destacado” nos documentos fiscais da base do PIS e COFINS. Em razão do julgamento do caso de repercussão geral no STF ainda não ter consolidado o entendimento se a exclusão do ICMS deve ser realizada a partir do valor do ICMS “destacado” ou do ICMS “efetivamente pago”, a Administração decidiu, de forma conservadora, realizar a utilização desses créditos para fins de compensações tributárias até o montante do cálculo a partir da exclusão do ICMS “efetivamente pago” das referidas contribuições, no valor total de R\$ 78.112, embora os assessores externos da Companhia entendam que são grandes as chances de ser confirmada a exclusão a partir do ICMS “destacado”. O valor total desse crédito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 30.926 (R\$ 102.267 em 31 de dezembro de 2019), mas a Controladora não utilizará, por ora, o valor de R\$ 25.219 desse valor total remanescente referente a diferença entre as duas respectivas metodologias de cálculo.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e suas Controladas e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

9 Investimentos

Controladas, Coligada e Controladas em conjunto

	Controladora					
	2020			2019		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
<b>Controladas</b>						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	57.630	6.364	63.994	53.257	6.364	59.621
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	15.975	-	15.975	23.423	-	23.423
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	108.528	-	108.528	107.579	-	107.579
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda (Tech Cargo)	1	-	1	1	-	1
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	1.377	-	1.377	2.664	-	2.664
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	25.326	-	25.326	14.752	-	14.752
Tegup Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”)	4.907	-	4.907	4.517	-	4.517
	213.744	6.364	220.108	206.193	6.364	212.557
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	410	-	410	493	-	493
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	20.174	16.693	36.867	21.157	16.693	37.850
	20.584	16.693	37.277	21.650	16.693	38.343
<b>Total de investimento controladora</b>	<b>234.328</b>	<b>23.057</b>	<b>257.385</b>	<b>227.843</b>	<b>23.057</b>	<b>250.900</b>

	Consolidado					
	2020			2019		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	410	-	410	493	-	493
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	20.174	16.693	36.867	21.157	16.693	37.850
<b>Coligada indireta</b>						
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	815	-	815	-	-	-
	20.584	16.693	38.092	21.650	16.693	38.343

## Controlada indireta

	2020		2019	
	Investimento	Total	Investimento	Total
<b>Controlada indireta</b>				
Fastline Logística Automotiva Ltda (“Fastline”) (i)	(87)	(87)	-	-
	<b>(87)</b>	<b>(87)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (i) Conforme citado na nota explicativa 2 item ii, a “Fastline” é controlada indireta da Companhia por intermédio da Tegma Logística de Veículos Ltda. O montante de R\$ 3.213 está pendente a ser integralizado.

## Movimentação dos investimentos

	Controladora									
	TCE	Tech Cargo	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Catlog (i)	GDL	Total
Em 1 de janeiro de 2019	39.897	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1.448	1.413	34.531	197.728
Equivalência patrimonial	18.704	-	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	(333)	3.319	21.005
Aumento (Redução) de capital (ii)	1.020	-	-	28.531	-	-	3.202	(320)	-	32.433
Constituição de controlada	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Dividendos (iv)	-	-	-	-	-	-	-	(267)	-	(267)
Em 1 de janeiro de 2020	59.621	1	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	493	37.850	250.900
Equivalência patrimonial	16.963	-	(1.702)	2.827	33	10.574	(9)	(83)	6.359	34.962
Aumento (Redução) de capital (iii)	8.727	-	(5.746)	-	(1.170)	-	399	-	-	2.210
Dividendos (iv)	(21.317)	-	-	(1.878)	(150)	-	-	-	(7.342)	(30.687)
Em 31 de dezembro de 2020	63.994	1	15.975	108.528	1.377	25.326	4.907	410	36.867	257.385

- (i) Desde janeiro de 2015 a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia.
- (ii) Inclui montante de R\$ 14.074 integralizado na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. por meio de ativos, conforme nota explicativa nº 10.
- (iii) O montante de R\$ 5.746 reduzido na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, foi integralizado na controlada Tegma Cargas Especiais Ltda por meio de ativos, com intermediação da controladora Tegma Gestão Logística S.A.
- (iv) Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos

	Consolidado			
	Catlog	GDL	Frete Rápido	Total
Em 01 de janeiro de 2019	1.413	34.531	-	35.944
Equivalência patrimonial	(333)	3.319	-	2.986
Dividendos	(267)	-	-	(267)
Redução de capital	(320)	-	-	(320)
Em 01 de janeiro de 2020	<b>493</b>	<b>37.850</b>	<b>-</b>	<b>38.343</b>
Equivalência patrimonial	(83)	6.359	-	6.276
Participação societária	-	-	815	815
Dividendos	-	(7.342)	-	(7.342)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>410</b>	<b>36.867</b>	<b>815</b>	<b>38.092</b>

Participação da Companhia nos resultados das Controladas diretas, todas Companhias de capital fechado ou limitadas, como também no total de seus ativos e passivos:

	<b>TCE</b>	<b>TLA</b>	<b>Niyati</b>	<b>Tegmax</b>	<b>TLV</b>	<b>Tegup</b>	<b>Tech cargo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>							
Ativo	76.338	22.415	108.783	1.547	33.564	4.924	1
Passivo	18.708	6.440	255	170	8.238	17	-
Patrimônio líquido	57.630	15.975	108.528	1.377	25.326	4.907	1
Receita líquida	92.878	30.786	5.733	-	60.107	17	-
Lucro/ (Prejuízo)	16.963	(1.702)	2.827	33	10.574	(9)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>							
Ativo	75.911	39.365	107.807	2.827	23.956	4.525	1
Passivo	22.654	15.942	228	163	9.204	8	-
Patrimônio líquido	53.257	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	1
Receita líquida	83.993	32.165	4.776	-	49.416	25	-
Lucro/ (Prejuízo)	18.704	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	-

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) das sociedades sobre controle comum e da coligada indireta:

	<b>Catlog</b>		<b>GDL</b>		<b>Frete Rápido</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Ativo					
Circulante	1.278	1.263	28.595	32.348	843
Não circulante	254	654	18.859	20.290	217
Imobilizado	-	-	8.866	9.274	30
Intangível	-	-	902	1.154	-
Direito de uso	-	-	-	40	-
	<b>1.532</b>	<b>1.917</b>	<b>57.222</b>	<b>63.106</b>	<b>1.090</b>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	37	18	15.102	10.626	186
Não circulante	658	893	1.773	10.166	756
Patrimônio líquido	837	1.006	40.347	42.314	148
	<b>1.532</b>	<b>1.917</b>	<b>57.222</b>	<b>63.106</b>	<b>1.090</b>
	<b>Catlog</b>		<b>GDL</b>		<b>Frete Rápido (i)</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Resultado do exercício					
Receita líquida	-	-	73.267	71.738	1.698
Custo dos serviços prestados	-	-	(51.886)	(57.260)	(2.168)
Despesas gerais e administrativas	(139)	(279)	(4.639)	(8.698)	(542)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	43	130	(171)	(1.692)	(165)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(73)	(527)	2.008	5.932	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	(4)	(5.861)	(3.382)	28
Lucro (prejuízo) do exercício	(169)	(680)	12.718	6.638	(1.150)

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 2 item (i) a partir de novembro de 2020 a Frete Rápido passou a ser coligada indireta da Companhia, por intermédio da “TegUp” em decorrência da conversão das debentures em ações, o resultado apresentado equivale aos 12 meses.

# 10 Imobilizado

## Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% anual
Edifícios	4,00%
Computadores e periféricos	20,00%
Instalações	10,00%
Veículos	10,22%
Máquinas e equipamentos/ferramentas	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	24,16%
Móveis e utensílios e embalagens e outros	21,75%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

## Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2019	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309
Movimentações										
Aquisições	-	37	988	1.167	6.590	824	1.383	4.707	116	15.812
Alienações	-	-	-	(8)	(1.914)	-	-	(13)	-	(1.935)
Transferências	-	-	12	-	-	172	422	18	(624)	-
Depreciação	-	(1.928)	(886)	(416)	(3.931)	(684)	(1.879)	(3.985)	-	(13.709)
Baixa por integralização de capital em controlada	(4.919)	(9.155)	-	-	-	-	-	-	-	(14.074)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	11.429	34.567	13.693	5.920	62.374	11.630	53.350	29.941	199	223.103
Depreciação acumulada	-	(7.564)	(11.554)	(2.608)	(37.590)	(8.600)	(49.646)	(20.138)	-	(137.700)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403
Movimentações										
Aquisições	-	-	1.201	393	211	178	1.097	5.897	71	9.048
Alienações	-	-	(24)	(1)	(284)	-	-	(8)	-	(317)
Transferências (iii)	-	-	-	-	-	-	-	11	(78)	(67)
Depreciação	-	(1.383)	(771)	(500)	(2.707)	(624)	(1.725)	(4.635)	-	(12.345)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.429	25.620	2.545	3.204	22.004	2.584	3.076	11.068	192	81.722
Saldos em 31 de dezembro de 2020										
Custo	11.429	34.566	14.820	6.311	61.435	11.805	54.327	35.079	192	229.964
Depreciação acumulada	-	(8.946)	(12.275)	(3.107)	(39.431)	(9.221)	(51.251)	(24.011)	-	(148.242)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.429	25.620	2.545	3.204	22.004	2.584	3.076	11.068	192	81.722

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Transferência para o intangível, no montante de R\$ 67 referente a licença de software.

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2019	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166
Movimentações										
Aquisições	4.932	4.482	1.020	1.697	10.237	1.080	1.844	4.743	1.773	31.808
Alienações	(656)	-	(27)	(1.417)	(1.988)	(92)	(24)	(111)	-	(4.315)
Transferências	-	7.656	12	1.395	55	177	418	23	(9.736)	-
Depreciação	-	(3.384)	(1.409)	(1.521)	(5.229)	(1.216)	(3.672)	(4.195)	-	(20.626)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	64.349	83.325	19.267	15.310	88.693	18.046	72.075	32.071	638	393.774
Depreciação acumulada	-	(11.574)	(16.578)	(6.388)	(49.465)	(13.429)	(65.844)	(21.463)	-	(184.741)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033
Movimentações										
Aquisições (iii)	288	3.665	1.208	1.137	1.738	201	1.637	5.904	146	15.924
Alienações (iv)	(1.500)	-	(24)	(1.753)	(284)	-	(90)	(11)	-	(3.662)
Transferências (v)	-	-	30	-	30	-	-	11	(138)	(67)
Depreciação	-	(3.440)	(1.173)	(1.382)	(4.013)	(1.109)	(3.176)	(4.813)	-	(19.106)
Outros	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	63.137	71.971	2.730	6.924	36.699	3.709	4.602	11.699	646	202.117
Saldos em 31 de dezembro de 2020										
Custo	63.137	86.985	20.431	12.223	88.287	18.238	71.491	37.210	646	398.648
Depreciação acumulada	-	(15.014)	(17.701)	(5.299)	(51.588)	(14.529)	(66.889)	(25.511)	-	(196.531)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	63.137	71.971	2.730	6.924	36.699	3.709	4.602	11.699	646	202.117

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Inclui R\$ 1.093, referente a aporte de capital realizado na controlada indireta "Fastline".
- (iv) Inclui R\$ 1.755 referente a desmobilização de armazém ocasionado pela mudança de localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, sendo R\$ 1.670 em instalações e R\$ 85 em benfeitorias em propriedade de terceiros.
- (v) Inclui transferência para o intangível, no montante de R\$ 67 referente a licença de software.

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação	(12.345)	(13.709)	(19.106)	(20.626)
Amortização	(4.003)	(4.798)	(4.319)	(5.184)
Total	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(12.932)	(14.924)	(19.824)	(22.012)
Despesas gerais e administrativas	(3.416)	(3.583)	(3.601)	(3.798)
Total	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)



# 11 Intangível

## Política contábil

### Reconhecimento e Mensuração

#### Ágio

O ágio (“goodwill”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“impairment”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

	Controladora							
	2018	Adição	Amortização	2019	Adição	Transferência (i)	Amortização	2020
Software	11.354	4.178	(4.798)	10.734	3.752	67	(4.003)	10.550
Ágio pago na aquisição de investimentos								
Nortev	120.877	-	-	120.877	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	32.791	-	-	-	32.791
	<b>165.022</b>	<b>4.178</b>	<b>(4.798)</b>	<b>164.402</b>	<b>3.752</b>	<b>67</b>	<b>(4.003)</b>	<b>164.218</b>

Consolidado									
2018	Adição	Amorti zação	Baixa	2019	Adição	Trans ferên cia (i)	Amorti zação	Baixa (ii)	2020
12.422	4.197	(5.184)	(21)	11.414	3.857	67	(4.319)	(282)	10.737
120.877	-	-	-	120.877	-	-	-	-	120.877
32.791	-	-	-	32.791	-	-	-	-	32.791
6.364	-	-	-	6.364	-	-	-	-	6.364
160.032	-	-	-	160.032	-	-	-	-	160.032
172.454	4.197	(5.184)	(21)	171.446	3.857	67	(4.319)	(282)	170.769

(i) Transferência do imobilizado, no montante de R\$ 67, referente a licença de software.

(ii) Montante referente a desmobilização de armazém ocasionado pela mudança de localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda.

### Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2020	2019
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	16.693

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as que seguem:

	2020	2019
PIB (i)	2,50%	2,50%
Inflação anual (ii)	3,27%	3,80%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,40%	2,50%
Taxa de desconto (iv)	9,74%	10,05%
Taxa de desconto (v)	12,54%	10,95%

(i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 10 anos, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

(ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 10 anos, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

(iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);

(iv) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).

(v) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando em cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2020.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

## 12 Empréstimos e financiamentos

### Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos - moeda local		
NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	80.940	33.802
Resolução 4131 (a.iii)	82.708	-
CCB (a.iv)	5.116	-
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira		
Resolução 4131 (a.ii)	-	57.220
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>168.764</b>	<b>91.022</b>
(-) Circulante	43.764	61.022
Não circulante	125.000	30.000
Debêntures (b)		
<b>Total de debêntures</b>	<b>25.047</b>	<b>50.135</b>
(-) Circulante	25.047	25.130
Não circulante	-	25.005
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>193.811</b>	<b>141.157</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos - swap (ativo)</b>	<b>-</b>	<b>(3.739)</b>
(-) Circulante (i)	-	(3.739)
<b>Empréstimos e financiamentos líquido de swap</b>	<b>193.811</b>	<b>137.418</b>

Considerando os empréstimos bancários e as debêntures, o custo médio total da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de CDI + 2,92% (CDI +1,41% em dezembro 2019).

### a. Empréstimos bancários

#### (i) NCE – Nota de crédito de exportação

Em junho de 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em junho de 2019, o segundo em dezembro de 2019 e a última parcela em junho de 2020. Os pagamentos de juros foram semestrais a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem *flat fee*). Esse contrato foi integralmente quitado em junho de 2020.

Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato com o Banco Bradesco S.A., também sem garantia real, no montante de R\$ 30.000, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril 2024) e pagamentos de juros semestrais a partir de setembro de 2019. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,14 % ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2020 é de 3,04% ao ano (5,54% em dezembro de 2019). Essa operação não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*).

Em abril de 2020, a Companhia firmou contrato com o Banco Itaú S.A. no montante de R\$ 50.000 com vencimento do principal no final do contrato em abril de 2022 e pagamentos de juros semestrais a partir de outubro de 2020, sem garantias atreladas. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 3,8% ao ano. Em dezembro de 2020 a taxa de juros desse contrato é de 5,70% ao ano.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA <sup>(1)</sup> igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

<sup>(1)</sup> LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

## **(ii) Resolução 4131**

Em agosto de 2018 a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13.441, equivalente a R\$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Itaú BBA Internacional PLC, sem garantias reais atreladas, com pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2020 e juros em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020.

Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, *swap* de fluxo de caixa, com Itaú Unibanco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, pela variação do CDI mais 0,89 % ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de *swap* como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos. Em agosto de 2020, esse contrato foi integralmente quitado.

Em abril de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal e juros no final do contrato em abril de 2021, sem garantias reais atreladas e taxa de juros de CDI do período mais 4,0% ao ano. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de *swap* de forma a eliminar qualquer exposição cambial. A taxa de juros desse contrato é de 5,90% ao ano em dezembro de 2020. Essa operação não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*).

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de janeiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em julho de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI + 2,66% a.a. A taxa de juros desse contrato é de 4,56% ao ano em dezembro de 2020. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de *swap* de forma a eliminar qualquer exposição cambial.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA <sup>(1)</sup> igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

<sup>(1)</sup> LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

## **(iii) CCB – Cédula de crédito bancário**

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 5.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de fevereiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI + 2,91% a.a. (a operação é isenta de IOF conforme Decreto 10.414 de 02.07.2020). A taxa de juros desse contrato é de 4,81% ao ano em dezembro de 2020.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA <sup>(1)</sup> igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

<sup>(1)</sup> LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

**b. Debêntures**

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária (1ª emissão R\$ 200.000, e 2ª emissão de R\$ 150.000). Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros tinham previsão de pagamento nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, a previsão era de pagamento dos juros nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures da 1ª emissão, emitidas em duas séries, já foi totalmente amortizado. Na primeira série as amortizações ocorreram em 15 de fevereiro de 2016 (33,33%), 15 de fevereiro de 2017 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já na segunda série, as amortizações foram em 15 de fevereiro de 2017 (33,33%), 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, também emitidas em duas séries, para ambas as séries a primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2016 (33,33%) e a segunda amortização, prevista originalmente para 15 de dezembro de 2017, ocorreu de forma antecipada em 28 de setembro de 2017 (33,33%). Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50 % para 31 de julho de 2020, já quitada, e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017. A taxa de juros negociada nessa repactuação foi de CDI do período mais 2% ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2020 é de 3,90% ao ano (6,4% em dezembro de 2019).

Série	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			2020	2019
2ª emissão - 1ª série	Simple	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	13.358	26.739
2ª emissão - 2ª série	Simple	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	11.689	23.396
								Circulante	25.047 25.130
								Não circulante	- 25.005

As emissões de debêntures também estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA<sup>(1)</sup> igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

**Cronograma dos vencimentos não circulantes**

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
13 a 24 meses	60.000	25.005
25 a 36 meses	55.000	10.000
37 a 48 meses	10.000	10.000
49 a 60 meses	-	10.000
Total	125.000	55.005

**Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

Segue a movimentação para os exercícios de 2020 e 2019:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>91.022</b>
Captação	135.000
Juros apropriados	7.855
Pagamento de principal	(74.699)
Juros pagos	(6.526)
Variação Cambial	16.112
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>168.764</b>
<b>Debêntures</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>50.135</b>
Juros apropriados	1.979
Pagamento de principal	(25.005)
Juros pagos	(2.062)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>25.047</b>
<b>Total</b>	<b>193.811</b>

	<b>Controladora e Consolidado</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>62.117</b>
Captação	30.000
Juros apropriados	4.762
Pagamento de principal	(6.667)
Juros pagos	(1.829)
Variação Cambial	2.639
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>91.022</b>
<b>Debêntures</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>98.083</b>
Juros apropriados	4.423
Pagamento de principal	(46.676)
Juros pagos	(5.695)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>50.135</b>
<b>Total</b>	<b>141.157</b>

## 13 Salários e encargos sociais

### Política contábil

#### (i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Férias a pagar	8.819	10.778	10.597	12.672
INSS	1.912	2.457	2.333	2.925
Gratificações e participação nos lucros a pagar	5.718	8.386	6.150	8.814
FGTS	551	696	684	766
Outras	876	939	977	1.086
<b>Total</b>	<b>17.876</b>	<b>23.256</b>	<b>20.741</b>	<b>26.263</b>

(ii) **Benefícios pós-emprego**

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu a provisão do passivo atuarial no montante R\$ 2.450.

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	2020
Taxa de desconto	7,43% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a.
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.
Taxa de desligamento	25 % ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa de juros		HCCTR	
	0,50%	(0,50%)	0,50%	(0,50%)
Obrigações Atuarial	(890)	953	621	(518)
Custo dos juros	5	(5)	(100)	(38)

A Companhia reconhece as perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

## 14 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

### Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são

passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 640.894 (R\$640.391 em 31 de dezembro de 2019) Controladora e R\$ 655.900 (R\$ 659.433 em 31 de dezembro de 2019) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima se dividem conforme indicado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prováveis	30.151	30.606	33.878	35.266
Possíveis	81.376	88.672	87.818	97.237
Remotos	529.367	521.113	534.204	526.930
<b>Total</b>	<b>640.894</b>	<b>640.391</b>	<b>655.900</b>	<b>659.433</b>

### Provisões constituídas com base nas perdas prováveis

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	7.546	7.211	11.533	11.451
Tributárias	1.608	1.608	-	-
Cíveis (i)	2.667	2.667	18.618	19.155
<b>Total</b>	<b>11.821</b>	<b>11.486</b>	<b>30.151</b>	<b>30.606</b>

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	10.656	9.968	14.353	15.206
Tributárias	1.608	1.608	1	1
Cíveis (i)	2.876	2.876	19.524	20.059
<b>Total</b>	<b>15.140</b>	<b>14.452</b>	<b>33.878</b>	<b>35.266</b>

- (i) Contém provisão decorrente da combinação de negócios, conforme detalhado a seguir:

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2020 o saldo desta provisão totaliza R\$ 15.110 (R\$ 18.611 em dezembro de 2019).



Abaixo segue a movimentação da provisão para os exercícios de 2020 e 2019:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>30.606</b>	<b>35.266</b>
Constituição	14.819	14.966
Constituição INSS FAP	329	329
Demandas judiciais a pagar	(119)	(221)
Baixa por depósito judicial	(211)	(232)
Pagamento	(15.273)	(16.230)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>30.151</b>	<b>33.878</b>

  

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>34.419</b>	<b>44.444</b>
Constituição	18.156	20.682
Constituição INSS FAP	418	418
Demandas judiciais a pagar	(2.122)	(2.122)
Baixa por depósito judicial	(924)	(1.186)
Pagamento	(19.341)	(26.970)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>30.606</b>	<b>35.266</b>

### Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Trabalhistas e previdenciárias	35.502	38.703	36.556	40.235
Tributárias	35.059	28.869	40.295	35.636
Cíveis	10.815	21.100	10.967	21.366
<b>Total</b>	<b>81.376</b>	<b>88.672</b>	<b>87.818</b>	<b>97.237</b>

#### a Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia e suas controladas respondem solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

#### b Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e (ii) questionamentos relativos a origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda, decorre de parte de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R\$ 7.666 (R\$ 7.127 em 31 de dezembro de 2019). Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

#### c Cíveis

As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia e suas controladas.

### Perdas remotas não provisionadas no balanço

As ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota

classificado pela Administração e por seus consultores legais em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 529.367 na Controladora (R\$ 521.113 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 534.204 no Consolidado (R\$ 526.930 em 31 de dezembro de 2019).

- a. A principal demanda na esfera tributária decorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$ 472.772 (R\$ 444.080 em dezembro de 2019), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R\$ 465.106 (R\$ 436.953 em dezembro de 2019, a variação do saldo refere-se atualização pela aplicação do índice IPCA acrescido 1% a.m.). Em fevereiro de 2018 a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019 a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Desde então não houve qualquer manifestação da Secretaria de Finanças da prefeitura do município de Mauá. Aguardamos julgamento em primeira instância administrativa.
- b. Em dezembro de 2017, a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTFs com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada Tegma Cargas Especiais (TCE) receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como “remota”. O valor na controladora é R\$ 39.343 e no consolidado R\$ 42.220 (R\$ 38.486 na controladora e R\$ 41.300 no consolidado, em dezembro de 2019).

## **Outros temas**

### **a Terço constitucional de férias**

O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias. A Companhia possui liminar vigente em ação própria sobre o tema junto à Justiça Federal no Estado de São Paulo que assegura o seu direito ao não recolhimento dessa contribuição. A Companhia aguarda modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração ainda pendente de julgamento.

### **b Contribuição sobre salário maternidade**

A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obterá muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.

### **c Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base cálculo**

A Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. possui ação sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em andamento. O valor estimado do crédito atualizado é de cerca de R\$ 12.500 a partir do cálculo com a exclusão do ICMS destacado e cerca de R\$ 10.000 a partir do cálculo com a exclusão do ICMS pago. A metodologia de cálculo dependerá da decisão do processo no seu trânsito em julgado e, principalmente, no julgamento dos embargos de declaração pelo STF no processo com repercussão geral sobre o tema. Nenhum valor foi contabilizado pela Controlada.

# 15 Imposto de renda e contribuição social

## Política contábil

### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>	<b>83.794</b>	<b>261.344</b>	<b>97.052</b>	<b>265.298</b>
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal</b>	<b>(28.490)</b>	<b>(88.857)</b>	<b>(32.998)</b>	<b>(90.201)</b>
<b>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	11.887	7.142	2.134	1.015
Outras diferenças permanentes	(731)	(628)	(903)	(5.702)
Incentivos fiscais	4.941	6.031	5.486	6.551
Juros sobre capital próprio	1.907	8.804	1.907	8.804
Outros	318	136	831	8.207
<b>Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(10.168)</b>	<b>(67.372)</b>	<b>(23.543)</b>	<b>(71.326)</b>
Corrente	(12.852)	(67.364)	(23.237)	(72.099)
Diferido	2.684	(8)	(306)	773
<b>Taxa efetiva</b>	<b>12,1%</b>	<b>25,8%</b>	<b>24,3%</b>	<b>26,9%</b>

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	2.378	-	10.807	10.298
Base negativa da contribuição social	856	-	4.004	3.820
<i>Diferenças temporárias</i>				
Provisões para PLR e gratificação	1.944	2.851	2.091	2.997
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	82	60	98	75
Provisões para demandas judiciais	10.251	10.406	11.519	11.990
Provisões para fretes a pagar	1.108	1.211	1.371	1.211
Provisão de pedágios a pagar	1.218	676	1.346	859
Provisão <i>cut-off</i>	1.532	1.790	1.532	1.790
Passivo atuarial	833	-	833	-
Outras	6.683	6.676	8.932	8.980
<b>Subtotal</b>	<b>26.885</b>	<b>23.670</b>	<b>42.533</b>	<b>42.020</b>
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(5.671)	(5.970)	(7.399)	(7.410)
<b>Subtotal</b>	<b>(26.130)</b>	<b>(26.429)</b>	<b>(27.858)</b>	<b>(27.869)</b>
<b>Total</b>	<b>755</b>	<b>(2.759)</b>	<b>14.675</b>	<b>14.151</b>

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo líquido</b>
Tegma Gestão Logística S.A.	26.885	(26.130)	755
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	4.612	-	4.612
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	56	-	56
Tegma Logística de Veículos Ltda	1.867	(3)	1.864
Tegma Cargas Especiais Ltda.	9.092	(1.725)	7.367
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	21	-	21
<b>Total</b>	<b>42.533</b>	<b>(27.858)</b>	<b>14.675</b>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2019</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo líquido</b>
Tegma Gestão Logística S.A.	23.670	(26.429)	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.013	-	3.013
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	55	-	55
Tegma Logística de Veículos Ltda	3.529	-	3.529
Tegma Cargas Especiais Ltda.	11.753	(1.440)	10.313
<b>Total</b>	<b>42.020</b>	<b>(27.869)</b>	<b>16.910</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos para os exercícios de 2020 e 2019 é a seguinte:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>(2.759)</b>	<b>14.151</b>
Constituição – efeito resultado	2.684	(306)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(3)	(3)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	833	833
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>755</b>	<b>14.675</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>(2.593)</b>	<b>13.536</b>
Constituição – efeito resultado	(8)	773
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(158)	(158)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(2.759)</b>	<b>14.151</b>

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes expectativas de realização:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2021	8.629	15.226
2022	4.564	10.078
2023	4.564	6.465
2024	4.564	5.382
Após 2025	4.564	5.382
	<b>26.885</b>	<b>42.533</b>

A Companhia e suas Controladas não possuem ativos diferidos que não tenham sido reconhecidos.

16 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Seguros	4.527	5.751	5.006	6.052
Pedágio	3.592	1.994	3.996	2.532
Benefícios	6.151	5.752	7.401	7.403
Movimentação de veículos e cargas	908	917	1.268	2.500
Aluguel	996	1.043	1.866	1.098
Serviços de consultoria	1.797	2.333	2.032	2.449
Vigilância	1.256	2.050	1.713	2.591
Manutenções diversas	1.178	873	2.306	1.119
Outros	3.649	2.872	5.000	3.893
<b>Total</b>	<b>24.054</b>	<b>23.585</b>	<b>30.588</b>	<b>29.637</b>

17 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o estatuto social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 318.524, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas controladores (pessoa física)	515.073	1%
Administradores	101	0%
Tesouraria	65.143	0%
<b>Controladores, administradores e tesouraria</b>	<b>34.001.536</b>	<b>52%</b>
<b>Ações em circulação</b>	<b>32.001.279</b>	<b>48%</b>
<b>Total de Ações</b>	<b>66.002.815</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva de capital - ágio na subscrição de ações**

A reserva de capital da Companhia se originou da seguinte forma: (i) em 27 de abril de 2007, em assembleia dos acionistas foi aprovada a constituição da reserva de capital - ágio na subscrição de ações no montante de R\$2.245 e (ii) em 28 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, sendo destinado à conta de Capital Social o valor de R\$47.757 e o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do cancelamento das 2.547.145 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria ocorrido em 16 de dezembro de 2008, no valor de R\$32.806, o saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$174.055.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020, com o objetivo de reforçar seu Capital Social e simplificar a estrutura do seu Patrimônio Líquido, foi aprovada pelos acionistas a integralização de R\$174.055 por meio da incorporação das reservas de capital – ágio na subscrição de ações, sem a emissão de novas ações, não havendo diluição dos acionistas. O capital social permaneceu dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse modo, em 31 de dezembro de 2020 não há mais saldos à conta "Reserva de capital".

**c. Reservas de Lucro**

**Reserva Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

**Reserva de incentivos fiscais**

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. No exercício 2020, o montante do crédito apurado foi R\$ 14.533 (R\$ 17.739 em dezembro de 2019). Esses montantes foram equiparados a uma subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e §§ 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

**Reserva de retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

**d. Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$ 342.

**e. Dividendos e juros sobre capital próprio**

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do

exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente aos exercícios de 2020 e 2019 é assim demonstrado:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	73.626	193.972
Reserva legal	(3.681)	-
Reserva de incentivos fiscais	(14.533)	(17.739)
Base de cálculo	<u>55.412</u>	<u>176.233</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>13.853</u>	<u>44.058</u>
Dividendos intercalares pagos	16.823	56.448
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	5.608	18.816
Dividendos adicionais propostos	9.406	-
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	3.135	-
	<u>34.972</u>	<u>75.264</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo	<u>63%</u>	<u>43%</u>

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2019, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementar de R\$ 28.306, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 21.229 em dividendos e R\$ 7.077 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 7 de maio de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2019 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 22.176 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 7.392 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 16 de setembro de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 34.272 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 11.424 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 26 de novembro de 2019.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a proposta da Administração em reter o saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não havendo distribuição de dividendos adicionais relacionados ao exercício por conta da pandemia do Covid-19, resultando assim em uma retenção de lucros no montante de R\$ 100.969.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 16.823 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.608 referente ao exercício de 2020, ambos pagos em 24 de novembro de 2020.

Em reunião realizada em 9 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

#### **f. Opções de compra de ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou (ii) das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de opções de compra em aberto.

#### **g. Passivo atuarial**



Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes, porém nunca será reclassificado para o resultado em períodos subsequentes.

## 18 Informações por segmento de negócios

### Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em: (i) logística automotiva, divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda., Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda, Tegma Logística de Veículos Ltda., Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. e a Fastline Logística Automotiva Ltda. e em (ii) logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística de Armazéns Ltda. e pela Controladora. A Companhia inaugurou em 2018 a aceleradora de startups chamada de TegUP (TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.) para fins de divulgação consideramos na divisão logística integrada.

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita líquida dos serviços	845.658	1.190.147	166.377	157.173	1.012.035	1.347.320
Custos	(656.202)	(900.966)	(106.043)	(105.515)	(762.245)	(1.006.481)
Despesas operacionais	(93.109)	(44.162)	(2.698)	1.542	(95.807)	(42.620)
Despesas com depreciação e amortização (i)	(13.734)	(15.441)	(9.691)	(10.369)	(23.425)	(25.810)
Amortização direito de uso (ii)	(16.456)	(16.746)	(14.169)	(16.048)	(30.625)	(32.794)
Despesas financeiras	(32.062)	(21.154)	(1.177)	(2.679)	(33.239)	(23.833)
Receitas financeiras	22.579	44.127	1.503	2.403	24.082	46.530
Equivalência patrimonial	22.100	16.479	(15.824)	(13.493)	6.276	2.986
Imposto de renda e contribuição social	(10.862)	(67.939)	(12.681)	(3.387)	(23.543)	(71.326)
Lucro líquido do exercício	67.912	184.345	5.597	9.627	73.509	193.972

	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	462.374	396.409	55.333	52.663	517.707	449.072
Ativo não circulante	461.001	469.309	48.224	67.040	509.225	536.349
Total do ativo	923.375	865.718	103.557	119.703	1.026.932	985.421
Passivo circulante	184.868	242.596	20.977	26.119	205.845	268.715
Passivo não circulante	191.368	129.223	4.080	12.404	195.448	141.627
Total do passivo	376.236	371.819	25.057	38.523	401.293	410.342

(i) R\$ 19.824 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.601 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2020 (R\$ 22.012 e R\$ 3.798, respectivamente, em dezembro de 2019), conforme nota explicativa nº 10.

(ii) R\$ 29.831 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 794 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2020, (R\$ 31.982 e R\$ 812, respectivamente, em dezembro de 2019) conforme nota explicativa nº 26.

As receitas dos 6 maiores clientes representaram aproximadamente 76% do total das receitas.

Os serviços prestados pela divisão de logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

## 19 Receita líquida dos serviços prestados

## Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços logísticos	1.033.861	1.458.445	1.215.760	1.616.745
Serviços de armazenagem	-	-	35.004	36.565
Receita bruta de serviços	<b>1.033.861</b>	<b>1.458.445</b>	<b>1.250.764</b>	<b>1.653.310</b>
Descontos, seguros e pedágio	(59.245)	(78.835)	(63.370)	(82.686)
	<b>974.616</b>	<b>1.379.610</b>	<b>1.187.394</b>	<b>1.570.624</b>
Impostos incidentes	(146.179)	(197.708)	(175.359)	(223.304)
Receita líquida de serviços	<b>828.437</b>	<b>1.181.902</b>	<b>1.012.035</b>	<b>1.347.320</b>

## 20 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(673.099)	(920.319)	(811.900)	(1.060.475)
Despesas gerais e administrativas	(81.697)	(83.190)	(83.274)	(84.959)
Despesas comerciais	(435)	(478)	(866)	(478)
Total	<b>(755.231)</b>	<b>(1.003.987)</b>	<b>(896.040)</b>	<b>(1.145.912)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de fretes – agregados	(562.353)	(786.806)	(640.547)	(851.992)
Salários	(60.180)	(75.424)	(72.288)	(86.516)
Encargos sociais	(33.302)	(40.800)	(40.777)	(47.884)
Serviços terceirizados (i)	(48.242)	(49.488)	(54.756)	(56.256)
Alugueis e leasing	(5.029)	(7.088)	(5.927)	(8.657)
Depreciação e amortização	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)
Amortização direito de uso	(19.712)	(20.007)	(30.625)	(32.794)
Benefícios a empregados	(19.093)	(23.703)	(24.063)	(28.798)
Custos variáveis	(4.788)	(7.682)	(8.063)	(25.892)
Outros gastos gerais	(8.002)	(9.935)	(12.138)	(12.911)
Manutenção	(11.165)	(13.792)	(15.965)	(18.927)
Combustíveis e lubrificantes	(5.557)	(8.657)	(6.378)	(9.408)
Utilidades	(3.012)	(3.918)	(4.511)	(5.669)
Comunicação	(2.508)	(2.464)	(2.893)	(2.898)
Outros gastos com pessoal	(4.661)	(7.555)	(6.700)	(9.447)
Custos rescisórios	(5.174)	(2.503)	(5.754)	(3.379)
Materiais	(1.822)	(2.767)	(3.084)	(4.164)
Despesa de viagem	(1.213)	(1.853)	(1.219)	(1.862)
Indenização de extravio	(474)	(384)	(313)	(642)
Contribuições e doações	(140)	(583)	(315)	(673)
Multas contratuais	(118)	(2)	(37)	(244)
Crédito PIS/COFINS	57.662	79.931	66.613	88.911
Reestruturação armazéns (ii)	-	-	(2.875)	-
<b>Total</b>	<b>(755.231)</b>	<b>(1.003.987)</b>	<b>(896.040)</b>	<b>(1.145.912)</b>

- (i) Inclui em 2020 o montante de R\$ 4.007 referente aos gastos com consultoria e honorários advocatícios advindo do processo do mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do campo em 17 de Outubro de 2019, conforme nota explicativa nº 1, sendo que até março de 2020 o valor foi de R\$ 3.317.
- (ii) Gastos com desmobilização de armazém decorrente da mudança da localidade da operação da controlada Tagma Logística de Armazéns Ltda.

## 21 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos fiscais extemporâneos (i)	-	56.475	-	56.475
Recuperação de despesas (ii)	497	2.197	902	4.206
Ajustes de estoques	-	-	(4)	(26)
Ganho (Perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(226)	(961)	141	(2.888)
Baixa direito de uso / arrendamento	31	66	107	115
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(14.819)	(18.574)	(14.966)	(21.100)
Reestruturação armazéns (iii)	-	-	(2.345)	-
Outras	158	(300)	163	(684)
<b>Outras receitas (despesas) líquidas</b>	<b>(14.359)</b>	<b>38.903</b>	<b>(16.002)</b>	<b>36.098</b>

- (i) Crédito referente a exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).
- (ii) Referem-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.
- (iii) Gastos com desmobilização de armazém decorrente da mudança da localidade da operação da controlada Tagma Logística de Armazéns Ltda.

22 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Resultado positivo de operação de Swap	16.319	1.662	16.319	1.662
Juros ativos (i)	1.391	37.548	1.851	38.282
Receita de aplicação financeira	4.655	5.772	5.912	6.586
<b>Total</b>	<b>22.365</b>	<b>44.982</b>	<b>24.082</b>	<b>46.530</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos bancários	(9.834)	(9.185)	(9.834)	(9.185)
Despesas bancárias	(1.217)	(1.709)	(1.255)	(1.754)
Perdas cambiais	(15.854)	(2.446)	(15.856)	(2.488)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.682)	(4.339)	(5.451)	(6.440)
Juros passivos	(182)	(1.531)	(224)	(1.669)
Outras despesas financeiras	(544)	(2.155)	(619)	(2.297)
<b>Total</b>	<b>(32.313)</b>	<b>(21.365)</b>	<b>(33.239)</b>	<b>(23.833)</b>
<b>(Despesas) receitas financeiras líquidas</b>	<b>(9.948)</b>	<b>23.617</b>	<b>(9.157)</b>	<b>22.697</b>

(i) Inclui em 2019 montante de R\$ 34.916 oriundo da atualização monetária do principal do crédito referente à exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).

23 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	73.626	193.972
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.938	65.938
Lucro básico por ação R\$	<b>1,12</b>	<b>2,94</b>

b. Lucro básico e diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 1,12 e R\$ 2,94 respectivamente.

24 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection* - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

As principais transações com partes relacionadas são:

(i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection* - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”);

- (ii) A Companhia mantém com a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (“Sinimbu”) empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta às sociedades do grupo de controle da Companhia, Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”) e Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (“Cabana”), contrato de locação de imóvel comercial localizados em São José dos Campos-SP. Em Outubro de 2019 essa locação foi integralmente transferida para a Companhia Savoy Imobiliária Construtora Ltda. por conta da venda desse imóvel. Dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e deixa de compor os saldos com partes relacionadas;
- (iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- (iv) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação da *joint venture*, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados a Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A. Parte dos valores negociados na formação da *joint venture* foi recebido em maio de 2019.
- (v) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO). A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolaí e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.
- (vi) Empresa relacionada à acionistas da controlada indireta da Companhia “Fastline” (antiga Stork Express).

A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	95	244	95	244
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.		-	34	34
Tegma Logística Integrada S.A.	26	397	46	405
Tegma Cargas Especiais Ltda.	36	15	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	26	56	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	86	172	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	6	-	6	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	1	1
Fastline Logística Automotiva Ltda.	54	-	-	-
<b>Total Circulante</b>	<b>329</b>	<b>884</b>	<b>182</b>	<b>684</b>
Ativo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (iv)	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários				
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	756	1.400
Rabbot Serviços de Tecnologia Ltda	-	-	3.200	1.200
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.956</b>	<b>2.600</b>
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.115</b>	<b>1.115</b>	<b>5.071</b>	<b>3.715</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.444</b>	<b>1.999</b>	<b>5.253</b>	<b>4.399</b>
Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda	90	88	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	6	57	25	70
Tegma Logística de Veículos Ltda	-	3	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	10	-	-	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.		-	4	2
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	44	-	44	-
<b>Subtotal</b>	<b>150</b>	<b>148</b>	<b>73</b>	<b>72</b>
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	4.343	1.189	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	507	333	507	333
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	4.190	373	4.190	373
<b>Subtotal</b>	<b>9.040</b>	<b>1.895</b>	<b>4.697</b>	<b>706</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>9.190</b>	<b>2.043</b>	<b>4.770</b>	<b>778</b>
Passivo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (iv)	539	542	559	542
<b>Subtotal</b>	<b>539</b>	<b>542</b>	<b>559</b>	<b>542</b>
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	5.665	2.660	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	120	1.040	120	1.040
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	4.683	-	4.683	-
<b>Subtotal</b>	<b>10.468</b>	<b>3.700</b>	<b>4.803</b>	<b>1.040</b>
<b>Total Não Circulante</b>	<b>11.007</b>	<b>4.242</b>	<b>5.362</b>	<b>1.582</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>20.197</b>	<b>6.285</b>	<b>10.132</b>	<b>2.360</b>

<b>Resultado</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema	511	1.394	511	1.394
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística	-	-	18	17
S.A.				
Fastcar Transporte de Veículos e cargas Ltda. (vi)	527	-	527	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema	42	111	42	111
Tegma Logística Integrada S/A	279	255	402	438
Tegma Cargas Especiais Ltda.	168	172	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	284	187	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	1	622	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	30	-	-	-
	<b>1.842</b>	<b>2.741</b>	<b>1.500</b>	<b>1.960</b>
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	(3.386)	(3.226)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A	(682)	(1.538)	(743)	(1.589)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(3)	(37)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	(437)	(568)	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	-	(427)	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.422)	(4.041)	(4.422)	(4.041)
Sinimbu Participações				
Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	-	(1.151)	-	(1.151)
Grupo Itavema	(2)	(17)	(2)	(17)
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística	(8)	(14)	(32)	(55)
S.A.				
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(601)	(83)	(608)	(83)
Fundação Otacilio Coser (v)	(121)	(185)	(150)	(185)
	<b>(9.662)</b>	<b>(11.287)</b>	<b>(5.957)</b>	<b>(7.121)</b>

## Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários e encargos	(7.072)	(6.993)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(2.819)	(2.819)
Participação nos lucros	(1.969)	(2.402)
	<b>(11.860)</b>	<b>(12.214)</b>

## 25 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021.
- Armazenagem de mercadorias, essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada no montante equivalente a R\$ 190.000, com vigência de 22 de abril de 2020 até 22 de abril de 2021.

- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, com vigência de 7 de junho de 2020 até 7 de junho de 2021.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R\$ 65.120 com vigência de 12 de maio de 2020 até 12 de abril de 2020, ocorreu uma prorrogação por 30 dias, como vencimento até 12 de maio de 2021.
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$63.000 com vigência de 29 de dezembro de 2020 até 29 de dezembro de 2021.
- (g) Seguro de Responsabilidade Riscos Ambientais – Cobertura R\$ 5.000 com vigência 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021.
- (h) Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber Edge) - Cobertura R\$ 15.000, com vigência 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

## 26 Arrendamento

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento.

Os principais arrendamentos pela Administração, pois existe o direito de controlar o uso dos ativos por um determinado período de tempo, tratam-se de imóveis de terceiros, veículos e equipamentos ligados à operação e possuem variados prazos de vigência, com o último vencimento em janeiro de 2025.

A Companhia e suas Controladoras se valeram das isenções previstas, os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanecem sendo contabilizados como “Alugueis e leasing” e podem ser observados na nota explicativa nº 20.

A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia.

A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

<b>Prazos Contratos</b>	<b>Taxa % a.a.</b>
de 0 a 12 meses	6,94%
de 13 a 24 meses	7,47%
de 25 a 36 meses	6,13%
de 37 a 48 meses	7,78%
de 49 a 60 meses	8,12%
de 61 a 72 meses	8,73%



Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

Segue movimentação do ativo de direito de uso para os exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Movimentações				
Adoção inicial	50.524	2.378	759	53.661
Adição	21.990	375	112	22.477
Baixa	(749)	(19)	-	(768)
Amortização (i)	(19.988)	(1.315)	(309)	(21.612)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	<b>51.777</b>	<b>1.419</b>	<b>562</b>	<b>53.758</b>
Movimentações				
Adição	22.304	858	(100)	23.062
Baixa	(432)	(447)	-	(879)
Amortização (i)	(19.622)	(1.189)	(272)	(21.083)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	<b>54.027</b>	<b>641</b>	<b>190</b>	<b>54.858</b>

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Movimentações				
Adoção inicial	77.393	2.508	4.908	84.809
Adição	23.043	375	306	23.724
Baixas	(1.785)	(19)	(119)	(1.923)
Amortização (i)	(31.079)	(1.372)	(3.230)	(35.681)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	<b>67.572</b>	<b>1.492</b>	<b>1.865</b>	<b>70.929</b>
Movimentações				
Adição	13.189	858	2.045	16.092
Baixa	(1.440)	(454)	(464)	(2.358)
Amortização (i)	(28.694)	(1.242)	(3.224)	(33.160)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	<b>50.627</b>	<b>654</b>	<b>222</b>	<b>51.503</b>

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 21.083 na Controladora e R\$ 33.160 no Consolidado (respectivamente R\$ 21.612 e R\$ 35.681 em 2019), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 19.712 na Controladora e R\$ 30.625 no Consolidado (respectivamente R\$ 20.007 e R\$ 32.794 em 2019).

Segue movimentação do passivo de arrendamento para os exercícios de 2020 e 2019:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>57.719</b>	<b>76.922</b>
Adições	23.062	16.092
Baixas	(910)	(2.465)
Juros apropriados (i)	4.879	5.491
Pagamento do principal	(17.683)	(30.439)
Pagamento de juros	(4.362)	(5.060)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>62.705</b>	<b>60.541</b>
	-	-
Circulante	23.975	26.980
Não circulante	38.730	33.561
	62.705	60.541
Saldo com terceiros	43.197	51.041
Saldo com partes relacionadas	19.508	9.500
	62.705	60.541

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-
Adoção inicial	53.661	84.809
Adições	22.477	23.724
Baixas	(834)	(2.038)
Juros apropriados (i)	4.557	6.515
Pagamento do principal	(17.917)	(29.994)
Pagamento de juros	(4.225)	(6.094)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>57.719</b>	<b>76.922</b>
Circulante	14.910	28.867
Não circulante	42.809	48.055
	57.719	76.922
Saldo com terceiros	54.726	76.589
Saldo com partes relacionadas	2.993	333
	57.719	76.922

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 4.879 na Controladora e R\$ 5.491 no Consolidado (respectivamente R\$ 4.557 e R\$ 6.515 em 2019), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 4.682 na Controladora e R\$ 5.451 no Consolidado (respectivamente R\$ 4.339 e R\$ 6.440 em 2019).

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	<b>Controladora (i)</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
13 a 24 meses	20.541	12.672	16.923	19.323
25 a 36 meses	12.152	13.071	10.688	12.676
37 a 48 meses	5.719	11.321	5.632	10.392
49 a 60 meses	318	5.448	318	5.367
61 a 72 meses	-	297	-	297
	38.730	42.809	33.561	48.055

- (i) Inclui R\$ 4.271 (R\$ 2.660 em 2019), referente ao passivo de arrendamento mercantil com a Controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.

A Companhia e suas Controladas reconhecem seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado Valor Presente</b>
Contraprestação do arrendamento	116.899	72.558
PIS / Cofins potencial (9,25%) (i)	9.363	5.783

- (i) Os contratos de veículos e com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 5 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrente das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

## 27 Informação suplementar do fluxo de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Aquisição de imobilizado 2020 - não pagas	1.425	1.668
Aquisição de imobilizado 2019 - pagos	744	763
Aquisição de intangível 2020 - não pagas	126	126
Aquisição de intangível 2019 - pagos	294	294
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	45.796	46.247
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	3	3
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	833	833
Adições IFRS 16	23.062	16.092
Aporte de Capital por meio de ativos	-	1.093
Baixa de imobilizado decorrente da desmobilização	-	2.037
Dividendos adicionais propostos	12.541	12.541